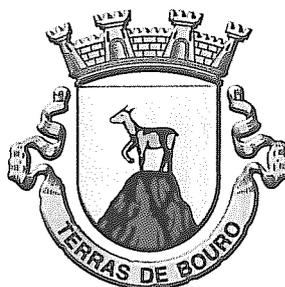


Livro n.º 5

Folha 178

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*



**MUNICÍPIO DE  
TERRAS DE BOURO**

**QUADRIÉNIO 2009/2012**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2010/06/21**

*ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO,  
REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO DE 2010*

- - - Aos vinte e um dias do mês de Junho do ano dois mil e dez, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório do Centro de Animação Termal da Vila do Gerês, realizou-se a Assembleia Municipal de Terras de Bouro que reuniu em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**Ponto um** – **Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro;** -----

**Ponto dois** – **Análise e eleição de representante para o Conselho Municipal da Educação;**

**Ponto três** – **Análise e votação de Proposta para a Concessão do Posto de Abastecimento de Combustíveis – Marina de Rio Caldo.** -----

**Ponto quatro** – **Análise e votação da Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais;** -----

**Ponto cinco** – **Análise e votação do Regulamento da Tabela de Taxas e outras Receitas; -**

**Ponto seis** – **Análise e votação do Regulamento Municipal de Ocupação da Via Pública; --**

**Ponto sete** – **Análise e votação do Regulamento Municipal de Venda Ambulante;** -----

**Ponto oito** – **Análise e votação do Regulamento Municipal de Publicidade;** -----

**Ponto nove** – **Análise e votação do Regulamento do Cemitério Municipal;** -----

**Ponto dez** – **Análise e votação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. --**

Assumiu a Presidência da Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, o Senhor Avelino Soares, assumiu o lugar de Primeiro Secretário e o lugar de Segundo Secretário foi assumido pelo Senhor Guilherme Coelho Alves. -----

Estiveram na sessão, a representar a Câmara Municipal, o Presidente, Doutor Joaquim José Cracel Viana, e o Vereador Doutor António Afonso. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e quatro, tendo-se verificado a faltas do Senhores Deputados Claudino Ferreira e Maria José Andrade, que comunicaram e justificaram a sua ausência, sendo substituída a Senhora Deputada pelo Senhor Deputado substituto, António Manuel da Cunha Martins. Esta Assembleia recebeu, igualmente, a comunicação justificada de ausência do Senhor Deputado substituto, Abílio Pereira Guedes. -----

Comprovada a existência de “Quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão. -----

De seguida, a acta da sessão anterior, a acta de vinte e seis de Abril de dois mil e dez, foi colocada à consideração. -----

Sobre a mesma pediu a palavra o Senhor Deputado Alexandre Pereira que assumiu então a palavra e sobre a acta pediu a alteração da sua intervenção no período de antes da ordem do dia, nomeadamente, a substituição do termo “negociatas” por “negociações”, frisando que não

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

palavra e sobre a acta pediu a alteração da sua intervenção no período de antes da ordem do dia, nomeadamente, a substituição do termo “negociatas” por “negociações”, frisando que não teve qualquer segunda intenção ou má fé ao caracterizar a intervenção do Senhor Engenheiro Jerónimo Correia no processo da revisão do Plano Director Municipal. -----

Seguidamente, a acta supra mencionada, foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu a palavra seguidamente para colocar à consideração dos Senhores Deputados, devido à sua relevância e importância, a inclusão de dois novos pontos na ordem de trabalhos, no caso, duas Moções apresentadas pelo Senhor Deputado, Senhor Deputado Agostinho Moura sobre, a primeira, o encerramento/diminuição de horário de atendimento aos fins de semana e feriados do Serviço de Atendimento Permanente (doravante SAP) do Centro de Saúde de Terras de Bouro e a segunda sobre a obrigatoriedade de pagamento de portagens na Mata da Albergaria aos habitantes de Lóbios.-A nova documentação, que passou a constar, após decisão unânime para tal, como décimo primeiro e décimo segundo pontos da Ordem de Trabalhos, respectivamente e que de seguida se transcreve, foi, igualmente, lida a todos os presentes pelo Senhor Primeiro Secretário, Senhor Avelino Soares. E assim sendo e respectivamente:-----

*Moção -----*

*Considerando que, no âmbito da reorganização dos serviços de saúde regionais, a direcção do ACES Gerês / Cabreira determinou que, a partir do próximo dia 1 de Julho, o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) prestado no Centro de Saúde de Terras de Bouro nos fins-de-semana e feriados, seja reduzido das 10h às 17h, como actualmente se verifica, para funcionar das 9 às 13h;*

*Considerando que essa redução do horário de funcionamento do SAP, nesses dias, representa, antes de mais, uma forte machadada para a assistência médica nos cuidados de saúde primários e a qualidade de vida dos terrabourenses, maioritariamente de nível etário elevado e, em geral, de fracos recursos económicos;*

*Considerando que tal medida, a confirmar -se, coincidirá com a época de maior afluência de visitantes neste concelho, entre imigrantes, turistas e aqistas na vila termal do Gerês, que aumentam substancialmente a população no concelho;*

*Considerando ainda que essa decisão, tomada sem qualquer auscultação dos utentes dessa unidade de saúde, poderá gerar efeitos negativos para o turismo local, que constitui a principal ocupação da mão -de - obra concelhia, de carácter quase exclusivamente sazonal;*

*Considerando, por fim que numa evidente falta de respeito para com os terrabourenses - tão portugueses e pagadores de impostos como os demais - o ACES Gerês / Cabreira não se preocupou em lhes apresentar qualquer alternativa nos períodos em que o dito Serviço de Atendimento Permanente pretende encerrar;*

**PROPÕE-SE:**

*Que esta Assembleia Municipal, no uso de um direito e dever democráticos que lhe assistem, manifeste o seu repúdio perante tão lamentável medida economicista, apresentando, quanto antes, o seu mais*

*veemente protesto junto da ARS Norte, exigindo desta, pelas razões expostas, a imediata suspensão da decisão em causa.*

*Vila do Gerês, 21 de Junho de 2010*

*O Vogal da Assembleia Municipal,*

...

*(Agostinho Dias de Moura)*

*Moção -----*

*Considerando que a Comunidade Económica Europeia veio derrubar, de vez, as barreiras que impediam o normal relacionamento entre os povos europeus, nomeadamente, abolindo as fronteiras existentes entre os países;*

*Considerando que no Nordeste Peninsular e no âmbito do bom entendimento entre os povos da Galiza e do Minho do aproveitamento comum das sinergias e potencialidades naturais locais, foi criado o único Parque Internacional Transfronteiriço da Península Ibérica, entre o Parque Nacional da Peneda Gerês e o Parque Natural do Xurês reconhecido, em 22 de Maio de 2009, pela Unesco, , como Primeira Reserva Ibérica da Biosfera;*

*Considerando que, a partir de 1 de Junho corrente, e contrariando o que era habitual, o ICNB – Departamento das Áreas Protegidas do Norte começou a cobrar portagem de 1,50€ diários aos habitantes de Lóbios, sempre que pretendem atravessar a Mata da Albergaria, em evidente contraste com o que se pratica com os habitantes do concelho de Terras de Bouro, a quem tal portagem não é cobrada, naturalmente:*

*PROPÕE-SE:*

*Que essa decisão discriminatória e limitadora do relacionamento normal entre as populações de Lóbios e Terras de Bouro, seja reconsiderada por parte das entidades portuguesas e suspensão de imediato.*

*Vila do Gerês, 21 de Junho de 2010*

*O Vogal da Assembleia Municipal,*

...

*(Agostinho Dias de Moura)*

De igual forma e dada a importância e relevância do assunto, ainda antes do período de antes da ordem do dia, o Senhor Deputado Alexandre Pereira pediu a palavra para apresentar à

*Alexandre Adelino Ribeiro Pereira*

Mesa uma Moção sobre um "Pedido de visita da Comissão Parlamentar do Ambiente ao Gerês para auscultação dos povos do Parque sobre o Plano de Ordenamento" solicitando a sua inclusão na ordem de trabalhos. -----De igual forma e com igual procedimento e decisão das Moções anteriores, aprovada a inclusão por unanimidade, se transcreve o documento, agora décimo terceiro ponto da Ordem de Trabalhos e que foi também apresentado oralmente pelo Senhor Primeiro Secretário. Transcrição de seguida :-----

*'Moção -----*

*Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, o parlamentar da CDU nesta assembleia vem requerer a vossa excelência se digne propor a discussão e votação, sobre este requerimento para a visita da Comissão Parlamentar do Ambiente, da Assembleia da República para a visita e auscultação aos povos do parque sobre o seu plano de ordenamento conforme aprovação e redigida em acta da Assembleia da República recentemente. Visto que esta já é a segunda comissão aprovada para a referida visita, mas que nunca passou do papel é como forma de pressão que se apela a esta assembleia que aprove a proposta e que de seguida e com urgência seja pedida a Assembleia da República esta deslocação ao Gerês antes das férias de Verão.*

*O deputado da CDU na Assembleia Municipal, 21 de Junho de 2010*

*(...)*

*Alexandre Adelino Ribeiro Pereira'*

Ainda sobre as Moções atrás referidas e transcritas, assumiu o uso da palavra o Senhor Deputado Agostinho Moura para afirmar que em relação à diminuição e conseqüente encerramento do SAP de Terras de Bouro ele representa e cita-se "mais uma machadada nas aspirações de Terras de Bouro", fim de citação. Continuando, afirmou que a partir de do dia um de Julho deixará de haver atendimento médico nas tardes de fim-de-semana e feriados e tal vai acontecer e coincidir com o início da época alta, o que é ainda mais grave, sublinhou. A distância a percorrer para Braga é, como todos sabem, grande e não mais se trata do que uma medida economicista e perguntou ainda se até aqui funcionou bem, com utentes regulares porque é que vai mudar. Veja-se o exemplo de Vieira do Minho, onde não aceitaram uma medida semelhante e a verdade é que o Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II – Gerês/Cabreira não apresentou sequer uma alternativa, frisou o Senhor Deputado Agostinho Moura. -----

Sobre esta temática assumiu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês para referir, por casos que têm acontecido ultimamente, que o próprio modo de actuação e funcionamento do Hospital de Braga, antigo "São Marcos", agora "Escala Braga" de gestão privada, entregue ao Grupo Melo Saúde, deixa muito a desejar e é até algo duvidoso, pois o Estado, ao pretender poupar na Saúde, mas sem estudar a melhor forma de o fazer, está a agir de forma a prejudicar todos os que precisam de apoio médico. -----

Também sobre este assunto, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e de seguida informou que a redução de sete para quatro horas no atendimento aos utentes do Centro de Saúde de Terras de Bouro, aos fins-de-semana e feriados, já foi assunto abordado na última reunião do Executivo Municipal e também já o tinha sido num encontro com responsáveis do Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II – Gerês/Cabreira e onde foi expressa a preocupação do Executivo por esta redução do horário de atendimento. O Senhor Presidente sublinhou que, segundo informação da Direcção do ACES Cávado II, o número de utilizadores, que por vezes não ultrapassa os sete utentes por dia, não justifica o actual horário de funcionamento do SAP de Terras de Bouro. Por outro lado, informou, há a indicação dada pelo Agrupamento Gerês/Cabreira de que irá haver um reforço das consultas de nutrição e do serviço de apoio domiciliário, assim como um reforço do quadro médico no Verão, demonstrando assim que existe uma preocupação evidente com as populações. Relativamente à gestão do Hospital Distrital de Braga, o Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que, numa reunião havida com a Senhora Ministra da Saúde e outros responsáveis pelo Serviço Nacional de Saúde, estes demonstraram ter pleno conhecimento do que se passa no Hospital de Braga e que é da competência desses responsáveis tomar as medidas adequadas para melhorar os serviços daquela unidade hospitalar. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou, igualmente, da palavra e começou por dizer que há oito anos ele próprio lutou pela abertura do Centro de Saúde ao fim-de-semana, mas, entretanto, a verdade é que muita coisa mudou e Terras de Bouro perdeu em parte o pouco poder reivindicativo que tinha porque tem perdido sistematicamente ao longo dos anos população e logo argumentos sociais. Há, no entanto, formas de combater esta situação. Em Vieira do Minho, frisou, têm o SAP encerrado à noite mas dispõe de uma ambulância de suporte básico de vida que estabiliza o doente até chegar a Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VEMER) e, no caso de Terras de Bouro, há serviços (por exemplo, apoio domiciliário) que vão ser aumentados e melhorados e se houver também reforço do quadro médico a partir de Julho isso já é muito bom, realçou. A própria formação actual dos médicos, agora mais alargada, permite este tipo de situações e não nos podemos esquecer que no distrito de Braga ainda existem cerca de trinta e oito mil pessoas sem médico de família. Já no que diz respeito ao Hospital de Braga, a sua gestão actual é privada e existem, realmente, alguns conflitos com o quadro médico, mas também é verdade que as consultas e as operações aumentaram. É fundamental que se tome uma posição sobre esta situação, pois é do conhecimento de todos que está em marcha um novo processo de construção e gestão de novos hospitais e, no caso de Braga, é diferente pois o Grupo Melo é que gere o “Escala Braga” e aumentado os níveis de eficácia recebem mais fundos. Por exemplo, informou, os novos funcionários do hospital são funcionários só do hospital e não são funcionários públicos.

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

Se há reclamações a fazer elas devem ser dirigidas ao Grupo Melo, concluiu, nesta fase, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que apelou ainda ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que faça chegar a posição da Assembleia Municipal à entidade reguladora da Saúde no Norte.-----

De igual forma e sobre o mesmo assunto, interveio o Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos para afirmar a sua discórdia pela última afirmação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pois, na sua opinião, as reclamações devem ser feitas à Administração Regional de Saúde – Norte, entidade reguladora da Saúde e não ao Grupo Melo, mero concessionário da área. Para estas situações já chega a posição do Estado, sublinhou o Senhor Deputado. -----

Posteriormente e ainda nesta fase da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abordou a Moção do Senhor Deputado Agostinho Moura sobre o pagamento de portagens na Mata da Albergaria para os habitantes de Lóbios e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou já ter abordado o assunto com o Senhor Director do PNPG, numa reunião na ADERE-PG, e o Doutor Lagido Domingos ter-lhe-á dito que não há nenhum fundamento legal para a isenção de que gozavam até aqui os habitantes de Lóbios e, na verdade, se estes não pagarem, então nenhum português poderá ser obrigado a pagar. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês interveio neste período para questionar até que ponto é legal taxar o acesso à fronteira. Seria oportuno aquilatar a legalidade desta medida. -----

Seguidamente e após a consideração do Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a Moção apresentada pelo Senhor Alexandre Pereira, este último usou da palavra e afirmou como seria importante fazer alguma pressão para a dita visita se realizasse antes do Verão. A Senhora Ministra afirmou que foram ouvidas as instituições e as pessoas envolvidas e ligadas ao processo mas tal é mentira, frisou. Na realidade, tiveram conhecimento da situação, mas com pouco tempo para responder e ninguém conseguiu responder aprofundadamente a tempo. Mais afirmou que o próprio Senhor Presidente da Assembleia Municipal deve fazer pressão e usar a sua influência para que esta visita se faça de imediato. Concluiu, afirmando que o Plano de Ordenamento do PNPG não deve ser aprovado pois não foram ouvidas com o tempo necessário as pessoas e entidades que deviam apresentar propostas e críticas sobre o projecto do novo Plano de Ordenamento do PNPG. -----

Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para afirmar que é sua convicção de que o próprio Ministério do Ambiente tem dúvidas sobre este novo Plano de Ordenamento do PNPG e esta semana mesmo, na próxima quarta-feira, irá ter uma reunião em Coimbra com a Senhora Ministra do Ambiente e responsáveis do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, onde este assunto irá ser apresentado. -----

Iniciado logo depois o período de antes da ordem do dia, interveio, em primeiro lugar, o Senhor Deputado Agostinho Moura, apresentando um voto de louvor ao Executivo Municipal pelo sucesso do evento desportivo realizado no fim-de-semana passado, "1ª Clássica de Ciclismo Póvoa de Varzim – Terras de Bouro". Tal foi até reconhecido pela própria organização que se

congratulado pela forma como decorreu a prova e pelo apoio do Município. De realçar também, afirmou o Senhor Deputado, a boa promoção publicitária ao Gerês e à candidatura do PNPG a uma das sete maravilhas naturais de Portugal, pois nas camisolas dos atletas, mais de trezentos, havia frases sobre o Gerês e Terras de Bouro, desejando que este tipo de acções seja para continuar nos próximos anos. Ainda nesta sua intervenção, o Senhor Deputado Agostinho Moura questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a data de construção do relvado sintético no Campo de Futebol do Grupo Desportivo do Gerês, com a importância e os dividendos que daí podem advir, como aconteceu em Melgaço, salientou o Senhor Deputado. -----

Seguidamente, assumiu a palavra o Senhor Deputado Alexandre Pereira que começou por agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em nome pessoal, o convite e a despesa havida na deslocação à Assembleia da República. Sobre esta mesma deslocação, o Senhor Deputado questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se toda a comitiva que se deslocou a Lisboa pertencia à Assembleia, à Câmara e Juntas de Freguesia ou se foi estendido o leque a outros convidados. Sobre esta mesma deslocação agradeceu também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o facto de ter assumido as despesas do jantar com todo o grupo. -----

Sobre a sessão de hoje, que se realiza na vila do Gerês, o Senhor Deputado congratulou-se com esta decisão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de reunir "fora dos Paços do Concelho". Precisamente sobre a actividade política no exterior, o Senhor Deputado recomendou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a realização de uma presidência aberta de cerca de três dias por semana em cada freguesia, evitando assim que os munícipes se tenham de deslocar aos Paços do Concelho, percebendo melhor as carências de cada uma das freguesias. -----

Logo depois e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Deputado Alexandre Pereira referiu querer aproveitar este período para fazer um balanço de mais de sete de meses de governação do actual Executivo e que, no seu entender, são muito negativos pois, e passa-se a citar "este concelho está como uma grande quinta das muitas que havia no concelho e porque não era rentável deixaram de ser trabalhadas, apanham-se as uvas sem se fazer a poda, também não se limpa, etc. Tudo isso, Senhor Presidente, por um erro crasso que lhe pode ser fatal, por não ter optado por criar um cargo político competente e da sua confiança. A um político em início de funções executivas era exigido que no dia de três de Novembro de dois mil e nove, logo após a tomada de posse, pedisse uma auditoria às contas do município, se existissem algumas irregularidades podiam ficar na gaveta, mas o que lhe deveria interessar era se o passivo era de quatro ou cinco milhões de euros e aí, Senhor Presidente, o seu homem de confiança certamente que o aconselhava que tentasse pegar no passivo deixado pelos seus antecessores e que deixasse para o seu próximo mandato ou para

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

quem vier a seguir um passivo de cinco ou seis milhões, porque se por causa do combate ao passivo o concelho ficar estagnado e deixar tudo ao abandono, não vale a pena. Certamente sabe que o Partido Social Democrata (PSD) nada diz, não o critica, mas esfrega as mãos de contente porque os comentários são realmente de desilusão destes mais de sete meses da sua governação. Certamente que se tivesse a seu lado um político de confiança e experiente não o deixava ter a infeliz ideia de passar a propaganda política a funcionar de três em três meses, como é o caso da nova revista municipal, que só é publicada de três em três meses. Aconselhava-o de certeza que se a máquina política dos antecessores era mensal, a sua tinha que ser forçosamente quinzenal ou mesmo semanal, refiro-me ao boletim informativo da câmara municipal. Apesar de tudo, espero que o Senhor Presidente consiga recuperar este tempo perdido e para o ajudar, apresento-lhe algumas obras que devem começar amanhã: a limpeza de todo o concelho, nem que para isso tenha de contratar brigadas de fora do Concelho; a marcação do parque do Alqueirão porque dentro de uma semana já não é possível colocar lá placas de proibição nos meses de Julho e Agosto a reboques, a depósitos de madeiras e pedras e ter um limite de tempo para roulotes; sejam substituídas as placas de todos os fontanários do concelho e que sejam claras. E que digam se a água é ou não controlada ou então não colocar nenhum aviso; corrigir a sinalização na estrada no Novo Sol, Cruz Vermelha e rua Lagrifa Mendes, no Gerês; limpeza dos passeios para os aquistas poderem caminhar; iluminação na ponte de Vilar da Veiga e reparar as irregularidades no seu pavimento. O Senhor Presidente ficou de, numa próxima assembleia, falar da revisão do PDM e, como sabe, os baldios de Vilar da Veiga pretendem apresentar uma área de construção de habitação social para os compartes e gostaria de ver inscrita no PDM essa área. Por sua vez a Coligação Democrática Unitária (CDU) também tem propostas para apresentar sobre áreas no concelho para fazer parte do PDM. Portanto, Senhor Presidente, não concordo que o PDM seja feito nos gabinetes, elaborado por pessoas que não sabem as carências dos munícipes. Gostaria também de saber o seguinte: se a Câmara Municipal só apoia financeiramente as festas de São Brás, na sede do concelho, e Santa Eufémia, na vila do Gerês, e se as outras festas que se realizam no concelho dependem apenas do trabalho dos festeiros; como vai ser a animação de Verão no concelho; se o torneio de futsal que a câmara organiza não teria mais dinamismo e importância fazê-lo entre todas as freguesias e não dividido pelos vales dos rios Homem e Cávado; se a estrada para o lugar da Ermida vai ser limpa pois não cabem dois carros uma vez que a vegetação já chega ao meio da estrada; se há limpeza em todas as ruas do Gerês, pois há sítios que os funcionários não limpam porque dizem que não lhes pertence; o alargamento do cemitério em Pereiró, Vilar da Veiga, é para quantas sepulturas? Vale a pena o investimento? Daqui por uns meses será necessário alargá-lo novamente?" Fim de citação e fim de intervenção neste período do Senhor Deputado Alexandre Pereira. -----

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos que começou por afirmar ao Senhor Alexandre Pereira não ser nova a descentralização das sessões da Assembleia Municipal, pois outras já se realizaram, desta forma, em mandatos anteriores. -----

Depois e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos perguntou que investimentos estão previstos para o Gerês e para o Vale do Cávado. Prosseguindo, o Senhor Deputado agradeceu ao Doutor Ricardo Gonçalves, presidente desta Assembleia, a recente visita à Assembleia da República e aludiu seguidamente ao facto de há cerca de dez anos, o Senhor Doutor Ricardo Gonçalves ter conseguido abrir o SAP do Centro de Saúde de Terras de Bouro nos moldes em que estava a funcionar e, agora, que está ainda melhor posicionado politicamente, com reuniões regulares com a Senhora Ministra da Saúde e de fazer parte da Comissão Parlamentar da Saúde, a verdade é que está a assistir ao “funeral do Centro de Saúde de Terras de Bouro” com o fecho anunciado do serviço em questão. -----

Posteriormente iniciou a sua intervenção o Senhor Deputado Óscar Rodrigues que, de igual forma, agradeceu a recepção e a visita à Assembleia da República e saudou esta iniciativa de realizar a sessão da Assembleia Municipal no Gerês, que, no entanto, se poderia ter realizado no dia dezanove de Junho, dia das comemorações do aniversário de elevação do Gerês a Vila. Teria, afirmou o Senhor Deputado, sem dúvida um maior significado e relevância. -----

Depois, o Senhor Deputado questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o anunciado corte nas transferências para as autarquias por parte do Governo, medida anunciada no PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento) e de que forma este procedimento afecta o Plano de Actividades do Município de Terras de Bouro. De seguida, perguntou para quando a concretização do processo de revisão do PDM e em que fase está o protocolo assumido com a EDP, no que à transferência de propriedades diz respeito, já que se trata de um assunto urgente. Por último, comentou a questão apresentada por um dos intervenientes anteriores quanto à necessidade de existir um homem de confiança política e conselheiro do Senhor Presidente, salientado que o Executivo em permanência, além do Senhor Presidente, é formado por mais dois vereadores e um secretário e que esta insistência na necessidade de existir mais alguém que possa apoiar o Senhor Presidente torna o assunto incómodo para os restantes membros do Executivo em permanência uma vez que minimiza o seu papel e importância. -----

A intervenção seguinte foi da autoria do Senhor Deputado Vítor Mendes que começou por questionar o facto de existir ou não o reforço do contingente da Guarda Nacional Republicana na Vila do Gerês. De seguida, elogiou a requalificação do Largo do Alqueirão e de como se pode fazer uma obra interessante e útil com pouca despesa. Já quanto aos investimentos realizados no passado no Concelho, o Senhor Deputado realçou o fraco aproveitamento dos Museus do Concelho, questionou o seu destino e a resolução para os problemas graves de que padecem, como a humidade e as infiltrações de água que o Museu da Geira apresenta. Face a estes problemas, ainda será necessário mais investimento? – questionou o Senhor Deputado. -----

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

Quanto à questão de Saúde hoje aqui focada, o mesmo Deputado frisou que se deve ao Senhor Doutor Ricardo Gonçalves o funcionamento alargado aos fins-de-semana do Centro de Saúde de Terras de Bouro e que na época em que tal aconteceu, o Senhor Doutor António Araújo, então presidente da Câmara Municipal, disse que tal não se justificava porque apenas significava perda de tempo para chegar a outro local de atendimento médico, mas tal não se verificou, pois os serviços ao longo deste tempo revelaram-se úteis à população. -----

Por último, o Senhor Deputado Vítor Mendes sublinhou a falta de presença de responsáveis políticos do concelho na Festa de Aniversário da Vila do Gerês o que se lamenta. -----

De seguida usou da palavra a Senhora Deputada Filomena Araújo para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se é verdade que a Escola E.B. 2/3 e Secundária de Rio Caldo vai fechar e se tal acontecer, agora ou nos próximos anos, é de lamentar profundamente, pois, após todo o importante trabalho na consolidação da Escola e na elaboração da Carta Educativa para o concelho, será que agora se irá fazer "tábua rasa" do trabalho passado e das orientações da Carta Educativa Concelhia? Saliu a necessidade de efectuar diligências para que o assunto não tenha um desfecho lamentável. -----

Sobre o Aniversário da Vila do Gerês, a Senhora Deputada afirmou que não teve conhecimento da efeméride e referiu ainda um problema com determinadas placas de sinalização rodoviárias que seria urgente rever, umas por má colocação e outras que, por falta de limpeza, não é possível vê-las. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira foi o interveniente seguinte e pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal uma resposta mais célere quanto possível aos ofícios das Juntas de Freguesia, assim como uma intervenção urgente na estrada municipal que serve a sua freguesia. -----

Logo depois, assumiu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que se congratulou, em primeiro lugar, pela realização desta Assembleia Municipal na Vila do Gerês. Depois, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para quando o alargamento da estrada da Ermida e da estrada Batoca/Zanganho, falou também da ETAR de Pereiró e comunicou ainda que as Comemorações da "Gerês Vila" costumam ser no dia vinte de Junho, transitando para o Sábado mais próximo, como foi o caso deste ano, e foram convidadas todas as entidades habituais, sublinhou. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio logo depois para responder às questões e comentários dos Senhores Deputados. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Agostinho Moura, o Senhor Presidente agradeceu as palavras de simpatia relativas à prova de ciclismo e também agradeceu a presença do Senhor Deputado nesse evento desportivo, que divulgou, sem dúvida, o concelho de Terras de Bouro e a candidatura do Gerês às sete maravilhas naturais de Portugal. Quanto ao relvado sintético no campo de futebol do Grupo Desportivo do Gerês, está a ser feito um estudo de mercado para estimar os custos dessa obra que rondará um valor na ordem dos duzentos e vinte a duzentos e cinquenta mil euros. No orçamento para o próximo ano, essa obra será acautelada, pois o orçamento para o presente ano não suporta tal

despesa. O Senhor Presidente acrescentou que a colocação do piso sintético naquele recinto desportivo não é só uma promessa eleitoral mas um compromisso político e que tudo fará para concretizar tal obra. -----

Comentando as afirmações do Senhor Deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente do Município referiu que não concorda de forma alguma com o balanço negativo efectuado por esse Deputado sobre a governação do concelho nestes últimos sete meses e que não necessita de nenhum “conselheiro político particular” uma vez que tem pessoas de confiança no Executivo e na Assembleia Municipal que o ajudam e apoiam sempre que necessita. Salientou que com as opções que tomou de não nomear mais pessoas para cargos políticos está a poupar aos cofres do Município, em comparação com o Executivo anterior, cerca de quarenta e dois mil euros em salários por ano. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que não há nenhum funcionário municipal que afigure o ordenado mínimo nacional, pois decidiu aumentar o salário aos funcionários que estavam nessa situação. Quanto à auditoria às contas do Município, não se optou por essa medida logo após a tomada de posse do actual Executivo por ser necessário, em primeiro lugar, conhecer a organização financeira do Município e os compromissos assumidos com os fornecedores. Contudo, desde o início do mês de Maio que está a decorrer uma auditoria às contas do ano de dois mil e nove uma vez que foi este o momento considerado oportuno pelo Executivo em permanência, após ter conhecimento de todos os processos de obras e de operações financeiras que envolvem a Câmara Municipal. O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que não concorda com a opinião do Senhor Deputado Alexandre Pereira quando afirma que não deve haver preocupação com as dívidas da Câmara e aqueles que vierem a seguir que paguem as contas. Acrescentou que não se revê nesta “filosofia financeira” de quanto mais se dever melhor e que não funciona assim na sua vida. Frisou que foi a política de irresponsabilidade face ao aumento da dívida pública que arrastou o país para a actual crise económica em que está mergulhado. - Quanto às limpezas de todas as vias municipais, o Senhor Presidente da Câmara referiu que são impossíveis de fazer ao ritmo que seria ideal, pois não há capacidade de resposta em termos de meios mecânicos e de funcionários municipais, mas, mesmo assim, tem sido dada uma resposta bastante positiva e continuará a ser prioritária a tarefa de limpar o concelho. Acrescentou que sem a ajuda das Juntas de Freguesia não é possível responder a todas as solicitações e, nesse sentido, está prevista a atribuição de uma verba às Juntas de Freguesia para proceder a limpezas de caminhos, ruas e espaços públicos. -----

Continuando, disse que a marcação dos locais de estacionamento no Alqueirão está a ser feita e, em breve, aquele espaço terá uma organização bem mais digna e acolhedora. Quanto às placas de informação que existem nos fontanários públicos será avaliada a sua pertinência e serão substituídas se tal se revelar útil, mas não considera que seja um assunto de necessidade urgente de resolução. As placas informam que a água que corre nesses

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

fontanários não é controlada e é assim que a lei exige. As pessoas que consomem essa água devem ter esta informação. Relativamente à iluminação da ponte sobre a barragem de Caniçada para Vilar da Veiga, o Senhor Presidente não considera urgente gastar cerca de quarenta mil euros nessa iluminação. Contudo, mal haja disponibilidade orçamental, a obra será executada. Sobre a revisão do PDM, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o processo está realmente bastante atrasado e que nas duas últimas reuniões onde estiveram presentes cerca de vinte entidades que constituem a Comissão de Acompanhamento dessa revisão, deu conta da morosidade e complexidade do processo. O pior, sublinhou, é que até é normal esta situação, pois foi informado pelo Ministério da Agricultura de que só na zona Norte, há setenta e dois PDM's em fase de revisão. Depois, todas as entidades, desde o ICNB à Administração Regional do Norte (ARH) apresentam os mais variados argumentos e "encravam" constantemente o processo que, nesta altura, está sem fim à vista. Por isso, e porque a responsabilidade da revisão do PDM não é só do Município, não arrisca uma data para apresentar uma proposta do novo PDM à Assembleia Municipal. "Considero-me responsável pelo que depende de nós e não me responsabilizo pelo que depende de terceiros", concluiu o Senhor Presidente. -----

Quanto ao apoio às festas nas várias freguesias do concelho, este foi definido em função da disponibilidade financeira do Município. Realizam-se, ao longo do ano, cerca de cinquenta festas no Concelho e não é possível, neste momento de contenção orçamental, apoiar financeiramente tantas festividades. Como tem sido hábito, o Executivo actual optou por apoiar financeiramente as festas mais significativas das duas vilas do concelho: Terras de Bouro e Gerês. É assim que está definido no Plano Anual de Actividades e no Orçamento Municipal para dois mil e dez. Mesmo assim, a Câmara Municipal tem prestado todo o apoio às comissões de festas quer na montagem de palcos e limpeza de espaços quer nas deslocações de ranchos folclóricos e bandas de música. Já no que diz respeito ao torneio concelhio de futsal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que não organiza torneios de futebol mas sim as Associações do concelho que se disponibilizam para tal tarefa e a quem o Município agradece. Quanto ao alargamento do cemitério de Pereiró, Vilar da Veiga, está a ser executado de acordo com o projecto elaborado pelos técnicos da autarquia e de acordo com o parecer da Junta de Freguesia. Por fim, relativamente à sugestão apresentada pelo Senhor Deputado Alexandre Pereira, quanto à "presidência aberta" de três dias em cada freguesia, é uma sugestão de quem não sabe como está organizada a Câmara Municipal e de quem ignora a necessidade da presença do Presidente para resolver situações no dia-a-dia do Município. Contudo, o Presidente da Câmara acha que é possível e louvável fixar, ao longo de um ano, vários dias para visitar as freguesias do concelho e conhecer melhor os seus problemas, embora já tenha procurado esse conhecimento com as deslocações que tem feito a quase todas as freguesias, acompanhado por membros das Juntas de Freguesia. -----

Relativamente às questões do Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos, o Senhor Presidente respondeu que está já aprovado para Valdosende o projecto "Água Cavado" com a criação de

um trilho pedestre e o arranjo de vários espaços públicos; para a Albufeira da Caniçada, na área que pertence ao concelho de Terras de Bouro, está em preparação um projecto de arranjo das margens dessa albufeira e uma via ou circuito pedonal, que será um projecto importante para o desenvolvimento turístico das freguesias de Rio Caldo e Vilar da Veiga; a Câmara Municipal continuará a lutar pela construção de pelo menos duas praias fluviais nas margens dessa albufeira; há, como já foi referido, a colocação de um relvado sintético no campo de futebol do G. D. Gerês; há ainda vias municipais no vale do Cávado que serão beneficiadas, como a estrada para o lugar da Ermida, e outras pavimentações de ruas de menor expressão, mas sempre necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos residentes. -----

De seguida, o Senhor Presidente respondeu às questões colocadas pelo Senhor Deputado Óscar Rodrigues sobre o anunciado corte nas transferências para as autarquias por parte do Governo, medida anunciada no PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento) e de que forma este procedimento afecta o Plano de Actividades do Município de Terras de Bouro. O Senhor Presidente informou que o corte nas receitas municipais por imposição do PEC será de cerca de duzentos e trinta e seis mil euros. Na verdade, esta redução na receita municipal obriga a rever e/ou a anular algumas actividades previstas para o presente ano, designadamente uma maior contenção nas despesas com actividades de âmbito recreativo, como festas e convívios, e adiamento de algumas medidas. -----

Além da situação económica desfavorável, o Senhor Presidente falou de uma aflitiva situação social que se vive no país e no concelho, resultante da dificuldade de criar emprego e acentuada com uma mudança nas regras financeiras, pois há agora cada vez mais restrições ao endividamento municipal, o que dificulta o cumprimento dos prazos de pagamento a fornecedores e a concretização de investimentos. Apesar das dificuldades, o Senhor Presidente salientou o esforço de equilíbrio financeiro do Município, dando como exemplo a aquisição de uma ambulância para os Bombeiros de Terras de Bouro, no valor de cinquenta e três mil euros, para oferecer a essa Instituição na comemoração dos seus vinte e cinco anos de existência. -----

Relativamente à concretização do processo de revisão do PDM, questão colocada pelo mesmo deputado, o Senhor Presidente da Câmara repetiu o que tinha respondido ao Senhor Deputado Alexandre Pereira. Quanto ao protocolo assumido com a EDP, no que diz respeito à transferência de propriedades, o Senhor Presidente informou que tem estado em contacto com responsáveis da EDP e que logo que se concretize o contrato de desenvolvimento urbano do plano de pormenor do Bairro da Caniçada, entre a autarquia e a EDP, o processo de transferência de propriedades será acelerado. -----

Sobre a intervenção do Senhor Vítor Mendes, o Senhor Presidente do Município disse que foi um compromisso do Governo Civil de Braga o aumento do contingente da GNR do Gerês

*Ricardo Manuel Ferreira Gomes*

durante o Verão e agradeceu as palavras de elogio pela intervenção no largo do Alqueirão onde só falta a colocação de uma protecção do lado da albufeira para concluir a intervenção. -- Ainda respondendo ao mesmo Deputado, afirmou que relativamente aos Museus há projectos para reestruturação dos mesmos e quiçá fazer uma intervenção tendo em vista o seu melhor aproveitamento e rentabilização. Exemplo disso mesmo é a possibilidade de instalação de um pólo de informática na "Casa do Latim" em Covide. -----

Quanto ao Centro de Interpretação do Garrano, foi concessionado sem protocolo, comunicou o Senhor Presidente do Município, documento que está agora a ser elaborado e só a partir daí é que conta o período de concessão de cinco anos. -----

Mais informou que esteve presente na festa do aniversário da "Vila do Gerês" e agradeceu o convite que lhe foi endereçado pelo Presidente da Junta. -----

No que concerne à intervenção da Senhor Deputada Filomena Araújo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Escola E. B. 2/3 e Secundária de Rio Caldo não irá encerrar. Irá, isso sim, acontecer uma fusão dos dois Agrupamentos do concelho num só, que ficará com a sede em Moimenta, por ter aqui mais alunos, e reafirmou que a Escola E.B. 2/3 e Secundária de Rio Caldo não irá fechar num futuro próximo, ficando por definir ainda a situação de funcionamento da secretaria nessa escola. A Direcção do novo Agrupamento, que será denominado Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, ficará instalada na sede do concelho e na Escola E.B. 2/3 e Secundária de Rio Caldo haverá um coordenador de estabelecimento. Sublinhou que nunca concordou com esta fusão dos dois Agrupamentos de Escolas do concelho e que, no dia dezoito de Junho, se tinha reunido com a Senhora Ministra da Educação, com os Senhor Secretários de Estado da Educação e com o Director da DREN, tendo saído dessa reunião com a convicção de que irá ser reavaliada a situação de Terras de Bouro. Quanto às escolas do Primeiro Ciclo da Vila do Gerês, de Rio Caldo e de Valdosende, o Senhor Presidente informou que nenhuma encerrará no próximo ano lectivo e que será sempre contra ao encerramento dessas escolas pois elas representam uma grande vitalidade nessas comunidades. Por isso mesmo, nunca se empenhou na construção de um Centro Escolar no vale do Cávado porque a concretizar-se tal obra levará forçosamente ao encerramento de todas as escolas do Primeiro Ciclo do vale do Cávado, o que seria lamentável uma vez que essas escolas, felizmente, ainda possuem um número significativo de alunos. -----

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que a solicitação de respostas mais céleres aos officios das Juntas de Freguesia poderia ter sido feita de uma forma pessoal, porque está sempre disponível para receber todos os presidentes da Junta e de verificar com eles a situação dos seus pedidos. No que diz respeito às vias municipais, a sua beneficiação irá ser efectuada tão breve quanto possível, mas irá ser feita, garantiu. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, o Senhor Presidente afirmou que as intervenções solicitadas (estradas) estão aprovadas, aguardando-se apenas a oportunidade para que tal se concretize. Sobre a ETAR de Pereiró, o

Senhor Presidente esclareceu que há negociações com a empresa “Águas do Nordeste”, mas a situação do terreno onde vai ser instalada essa ETAR está complicada, pois a empresa ofereceu setecentos euros de renda anual, o que é manifestamente pouco e o dono do terreno não aceita tal oferta. Contudo, as negociações irão prosseguir em breve e espera-se uma solução para esse problema. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu seguidamente a palavra e começou por dizer que a situação nacional, mas também a internacional são muito graves e que no caso português e face à evolução dos últimos acontecimentos políticos, os acordos foram feitos pelo PS e pelo PSD, criando-se o famoso PEC. Na sua opinião deveria ser criado um governo de salvação nacional, pois o pior está para vir. Mais frisou que este Concelho esteve parado trinta e cinco anos e que as obras que deveriam ter sido feitas não o foram de facto e outras que aconteceram não têm viabilidade. O balanço é, de facto, preocupante, mas há que ter esperança para enfrentar as dificuldades, pois existe uma pressão muito grande para a fusão de juntas de freguesia e municípios e Terras de Bouro seria logo dos mais directamente atingidos. Continuando e sobre a questão da fusão dos Agrupamentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o que existe é apenas uma fusão dos agrupamentos e não o encerramento de escolas, e que além da questão do número reduzido de alunos em determinados escalões há também uma pressão muito grande por parte do Ministério das Finanças, sublinhou. O mesmo se passa no Ministério da Saúde, avançou, a política de redução de custos devia ser alvo de consulta e discussão pois interfere de forma grave na vida das pessoas. Há oito anos exigiu-se e conseguiu-se aquilo que fazia falta, mas hoje estamos perante uma situação diferente, sendo que até ainda estamos melhor do que a Póvoa de Lanhoso ou a situação distrital de Viana do Castelo, sublinhou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Estas situações decorrem de uma reestruturação da política de atendimento para viaturas de emergência, substituindo o atendimento, quase sempre sem qualificação médica adequada, melhorando assim a assistência. -----

No seguimento da sessão e para “defesa da honra”, solicitou a palavra o Senhor Vereador, Doutor António José Ferreira Afonso dizendo que as críticas aos últimos trinta e cinco anos são já “useiras e vezeiras” e no fundo nada significam, pois a realização desta Assembleia neste espaço é a prova disso mesmo, que houve obras bem construídas e úteis. A política de contenção económica deste Executivo em cargos políticos seria também um dos objectivos do Executivo PSD se tivesse ganho as últimas eleições autárquicas, afirmou o Senhor Vereador que, de igual forma, disse que também o Executivo anterior teve anos difíceis, com congelamento de admissões e endividamento de tolerância zero. -----

#### **Intervenção do Público.** -----

Seguiu-se o período reservado às eventuais intervenções do público presente, ficando registado o pedido de intervenção do Senhor Doutor Armando Carvalho Araújo e assim sendo

começou por agradecer a inovação desta sessão, sugerindo ainda a sua realização em outro dia da semana e com outro horário que levaria mais pessoas a assistir. -----

Prosseguindo e sobre um problema antigo na Vila do Gerês, sugeriu o Senhor Doutor Armando Carvalho Araújo uma possível entendimento com a Empresa das Águas do Gerês no sentido de esta assumir o serviço do centro de saúde já que no Gerês já existiu um hospital termal que funcionava desta forma. -----

Depois aludiu a uma reunião que decorreu na CIM - Cávado, onde esteve presente e em que foi discutida a atribuição da concessão de exploração do turismo da zona do Gerês à ADERE – Peneda Gerês. Na sua opinião, esta instituição tem uma postura sectária, pois encaminha a maior parte dos turistas para o exterior do Concelho, privilegiando erradamente a área dos Arcos de Valdevez e desviando os turistas dos hotéis e pensões de Terras de Bouro. -----

Continuando a sua intervenção, referiu-se ao orçamento e adjudicação feitos para a iluminação da ponte de Rio Caldo realizados no ano anterior, mas que não foram concretizados, a quem e porquê, questionou. -----

De seguida e falando sobre a Vila do Gerês, disse que há uma situação de corte inusitado de árvores, numa encosta da zona, que deveria ser tratada pelas entidades competentes, GNR e Protecção Civil que até já foram ambas alertadas para a situação, pois poderá trazer uma situação de risco pelo impacto ao nível de deslizamento que o terreno irá sofrer com o abate das mesmas árvores. Aliás, sublinhou, foi pedido um parecer à Protecção Civil, tanto a nível nacional como concelhio, sobre este assunto e até agora nada foi comunicado, o que é grave pois algo poderá cair pela encosta, como pedras, terras e as árvores que ainda restam. Sobre esta matéria e cita-se “o PNPG terá mesmo referido que esta encosta se encontra esquecida”, fim de citação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou a seguir da palavra para responder ao Senhor Doutor Armando Carvalho Araújo e começou por dizer que registava a informação relativamente ao hipotético centro de saúde termal da Vila do Gerês, sendo que este assunto terá que passar sempre pela ARS – Norte. -----

No que diz respeito à questão do turismo e sua relação com a ADERE-PG, é verdade que o Município de Terras de Bouro manifestou a intenção de aderir a um projecto, onde estão incluídos vários municípios do Minho, para divulgação das potencialidades turísticas e das estruturas de apoio no âmbito do turismo de natureza. Não pode confirmar a atitude de marginalização da ADERE-PG face aos agentes turísticos do nosso concelho, mas ficará mais atento a tal situação. -----

Já quanto à iluminação da ponte entre Rio Caldo e Vilar da Veiga, o Senhor Presidente repetiu a resposta dada anteriormente ao Senhor Deputado Alexandre Pereira, salientando que não é este o momento oportuno para gastar quarenta mil euros numa “obra de fachada”. -----

Sobre o abate de árvores na encosta do Gerês, o Senhor Presidente do Município foi informado do assunto, manifestou a sua preocupação no momento oportuno, tendo levado à suspensão do abate de árvores, mas desconhece o ponto de situação da emissão dos

pareceres e, sem dúvida, a situação urge uma resposta pela perigosidade que representa, concluiu -----

Ainda sobre este último tema, o Senhor Deputado Manuel Aguiar Campos assumiu a palavra para referir que os chamados “cortes rasos” só se fazem com autorização da AFN e a Câmara Municipal deveria ser informada e informar-se sobre estas decisões de e cita-se “alguns poderem fazer tudo e outros nada podem fazer”, fim de citação. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ordem de Trabalhos, da qual constam os seguintes treze pontos com as alterações atrás requeridas e introduzidas: -

**Ponto um – Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro; -----**

**Ponto dois – Análise e eleição de representante para o Conselho Municipal da Educação; -----**

**Ponto três – Análise e votação de Proposta para a Concessão do Posto de Abastecimento de Combustíveis – Marina de Rio Caldo. -----**

**Ponto quatro – Análise e votação da Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais; -----**

**Ponto cinco – Análise e votação do Regulamento da Tabela de Taxas e outras Receitas; -**

**Ponto seis – Análise e votação do Regulamento Municipal de Ocupação da Via Pública; --**

**Ponto sete – Análise e votação do Regulamento Municipal de Venda Ambulante; -----**

**Ponto oito – Análise e votação do Regulamento Municipal de Publicidade; -----**

**Ponto nove – Análise e votação do Regulamento do Cemitério Municipal; -----**

**Ponto dez – Análise e votação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. --**

**Ponto onze – Análise e votação de Moção de protesto sobre encerramento/diminuição de horário de atendimento aos fins-de-semana e feriados do SAP do Centro de Saúde de Terras de Bouro”; -----**

**Ponto doze – Análise e votação de Moção de protesto sobre a obrigatoriedade de pagamento de portagens na Mata da Albergaria aos habitantes de Lóbios; -----**

**Ponto treze – Análise e votação de Moção sobre “Pedido de visita da Comissão Parlamentar do Ambiente ao Gerês para auscultação dos povos do Parque sobre o Plano de Ordenamento”. -----**

A seguir iniciou-se o Período da Ordem do Dia e sobre o primeiro ponto, o Senhor Presidenta da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por informar que em operações orçamentais de receita cobrada até ao dia catorze de Junho deste ano, o valor era de quatro milhões, oitocentos e trinta e três mil e sessenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos e em operações de tesouraria a receita era de um milhão, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e setenta e nove euros e oito cêntimos. Sobre as actividades do Município, falou da actividade das diversas divisões municipais, a saber: da

Divisão Administrativa e Financeira, o movimento registado de correspondência processada, as licenças emitidas e os valores contabilísticos já referenciados. -----

Da Divisão de Planeamento e Urbanismo, referiu-se, entre outros à continuação do processo de revisão do PDM, à reconversão da Escola Primária de Paradela e ao ponto de situação nas intervenções nos Museus. -----

Sobre a Divisão de Obras Municipais o Senhor Presidente referiu as actividades de requalificação do Centro Escolar na sede do concelho, nomeadamente o Pavilhão Gimnodesportivo, e a Piscina Municipal e continuando, sobre a Divisão de Saneamento Básico e Ambiente, comunicou a instalação e substituição e ampliação de vários ramais e redes de abastecimento. -----

Por último e sobre a Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou sobre os vários projectos que se encontram a decorrer, a saber, candidaturas de implantação de novos percursos pedestres, intervenção na Aldeia de Cutelo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), campanha de promoção e divulgação das "7 Maravilhas Naturais de Portugal", colaboração na candidatura "TESSERA", requalificação urbanísticas dos espaços do núcleo museológico, além das actividades culturais (teatro, "25 de Abril,"Guimarães 2012") desportivas (Futebol Concelhio e "Clássica de Ciclismo") e sociais (Marchas populares infantis), entre outras. -----

Sobre este ponto não existiu qualquer intervenção, passando logo de seguida o Senhor Presidente da Assembleia à apresentação do segundo ponto: "eleição de representante para o Conselho Municipal da Educação", que foi desde logo anulado uma vez que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Chorense já tinha sido eleito para este cargo em anterior reunião deste órgão. -----

O Período da Ordem do Dia prosseguiu com o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, "Concessão do Posto de Abastecimento de Combustíveis – Marina de Rio Caldo."-----

Sobre este assunto, o Senhor Presidente do Município assumiu a palavra para comunicar que a Câmara Municipal não tem vocação para gerir este posto de combustíveis e daí o mais lógico será atribuir a concessão do mesmo a uma empresa ou a particulares. Além disso, os custos com o pessoal e de manutenção são elevados. -----

Aberto de seguida o período de inscrições, interveio o Senhor Deputado Alexandre Pereira para dizer que, na sua opinião, este concurso deveria ter sido aberto na mesma altura do concurso do "Bar/Restaurante da Marina". -----

Também sobre este assunto interveio o Senhor Deputado Óscar Rodrigues para afirmar tratar-se de uma medida de opção gestonária e, se tal se revelar uma má solução, logo se revê a situação, por isso é importante ver em que moldes se faz a concessão. Precisamente sobre isso, os encargos com a manutenção total do negócio devem ser da responsabilidade exclusiva do concessionário, sublinhou. -----

Colocado de seguida à votação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o terceiro ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Sobre o quarto ponto, "Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais", o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente do Município que transmitiu a obrigatoriedade legal de este assunto ser deliberado em Assembleia Municipal, para alteração de denominação de cargos e proceder a uma nova organização dos serviços do Município. -----

No período de inscrições para este tema, interveio o Senhor Deputado Agostinho Moura que frisou ser esta uma atitude algo displicente, com opção de custos para o Município, com a criação de novas categorias e novos vencimentos. -----

Da mesma opinião foi a intervenção do Senhor Deputado Alexandre Pereira, que revelou, inclusive, desconhecer a função de alguns dos funcionários a quem se destina a alteração apresentada. -----

Também sobre este assunto interveio o Senhor Deputado Óscar Rodrigues, que revelou tratar-se de mais uma opção gestionária, sendo que é sempre de uma questão controversa pela motivação e pelos ganhos de produtividade e eficácia que poderá gerar ou não. -----

Colocado de seguida à votação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o quarto ponto foi aprovado por maioria, com um voto contra, no caso do Senhor Deputado da CDU, Senhor Alexandre Pereira e dez abstenções. -----

De seguida entrou-se no quinto ponto da Ordem de Trabalhos, "Regulamento da Tabela de Taxas e outras Receitas". -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a palavra e sobre este ponto disse ser a actualização dos valores da referida tabela, obrigatória, já que se trata de uma imposição legal anual. Na elaboração do presente regulamento, o Executivo teve em conta as taxas praticadas por outros concelhos vizinhos e assegurou que as taxas em Terras de Bouro continuam a ser as mais baixas da região. -----

Sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que se torna importante esta actualização, nomeadamente, de taxas de construção, pois, se assim não for as zonas despovoadas tornam-se aliciantes para a construção só daqueles que têm possibilidades acima da média. -----

Já no período de intervenções dos Senhores Deputados, assumiu a palavra o Senhor Manuel Aguiar Campos para frisar que se deve ter em conta os investidores que são atraídos pelo e para o Concelho. -----

De semelhante teor foi a intervenção seguinte, do Senhor Deputado Agostinho Moura, que considerou poder ser perigoso aumentar em demasia os valores de certas taxas que podem afugentar os potenciais investidores. -----

Também sobre este ponto interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês que afirmou ser este assunto uma questão de consciência social que importa rever na sua aplicação. -----

De igual forma interveio o Senhor Deputado Óscar Rodrigues para frisar a necessidade de aplicação de regras neste ponto e que as taxas não devem ser só para alguns, pois corre-se o risco de e cita-se “deixarmos de ser um concelho para passarmos a ser uma colónia de férias”, fim de citação. -----

O quinto ponto foi, seguidamente, colocada à votação, sendo aprovado por maioria, com uma abstenção, no caso, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Covide, que justificou a sua opção de voto com o facto de e cita-se “até aqui preocupamo-nos com as taxas aplicadas aos habitantes de Lóbios para passarem na Mata de Albergaria e agora em relação aos municípios aprova-se esta subida de preços”, fim de citação. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o sexto ponto: “Regulamento Municipal de Ocupação da Via Pública”. -----

Sobre o mesmo regulamento interveio o Senhor Presidente do Município que justificou a sua apresentação com a necessidade de criar regras para a ocupação do espaço público, pois, o regulamento que existia estava desactualizado devido à sua antiguidade. -----

Aberto o período de inscrições para o sexto ponto, interveio o Senhor Deputado Agostinho Moura que sublinhou que a fiscalização camarária terá que fazer cumprir este novo regulamento, devido aos inúmeros abusos que existem. Referiu mesmo exemplos claros de tais abusos (ocupação dos passeios pelos estabelecimentos comerciais, uma situação incomportável, e de uma laje de cobertura na Vila do Gerês). Ainda em relação à questão da via pública, o Senhor Deputado lembrou as obras, por uma empresa não autorizada para tal, de instalação de gás natural na vila, como configurando um claro descaramento de não cumprimento das regras de licenciamento de intervenção pública que não foram, até aqui, regulamentados. -----

Precisamente sobre este último assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a palavra e corroborando as palavras do Senhor Deputado Agostinho Moura, afirmou que há um atropelo grave das regras da ocupação do espaço público. No caso das obras de instalação do gás natural, a empresa em causa, de nome *HUNIVAC*, usou indevidamente a via pública para fazer uma obra sem autorização e a Câmara Municipal sente-se claramente prejudicada por tal. Depois, o sexto ponto, foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou seguidamente à consideração o sétimo ponto da ordem de trabalhos: “Regulamento Municipal de Venda Ambulante” e sobre o qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o que estava em vigor datava de mil novecentos e setenta e nove, logo desapropriado à situação actual e com necessidade óbvia de actualização. -----

Não se registaram intervenções e colocado à votação foi aprovado por unanimidade. -----

Sobre o ponto seguinte, o oitavo, “Regulamento Municipal de Publicidade”, o Senhor Presidente do Município apresentou a mesma justificação do anterior. -----

Inscreveu-se sobre este ponto o Senhor Deputado Alexandre Pereira para referir que já se applicava um pagamento relativo a publicidade dos estabelecimentos e que estes têm sido alterados sucessivamente. -----

Colocado à votação foi, o oitavo ponto, aprovado por unanimidade. -----

Posteriormente, foi apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal o nono ponto: "Regulamento do Cemitério Municipal" e também sobre este regulamento o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu a necessidade de actualização pois o regulamento anterior era de mil novecentos e cinquenta e cinco. -----

Sem pedidos de intervenção, foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Logo depois, foi colocado à consideração o décimo ponto da ordem de trabalhos: "Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação". -----

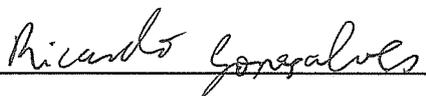
O Senhor Presidente do Município interveio sobre o mesmo e comunicou que existe um regulamento geral de edificação e existe a necessidade de o Município ter um de carácter específico, mas em consonância com esse regulamento geral e definido por lei. -----

Igualmente sem pedidos de intervenção, foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -

Finalmente e sobre os três últimos pontos da ordem de trabalhos e depois das anteriores intervenções sobre os mesmos, colocados à consideração, nomeadamente e respectivamente: décimo primeiro ponto: "Análise e votação de Moção de protesto sobre encerramento/diminuição de horário de atendimento aos fins-de-semana e feriados do SAP do Centro de Saúde de Terras de Bouro"; décimo segundo: "Análise e votação de Moção de protesto sobre a obrigatoriedade de pagamento de portagens na Mata da Albergaria aos habitantes de Lóbios" e, por último, o décimo terceiro ponto: "Análise e votação de Moção sobre o pedido de visita da Comissão Parlamentar do Ambiente ao Gerês para auscultação dos povos do Parque sobre o Plano de Ordenamento" foram aprovados por unanimidade. -----

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal**

  
-----

**O Secretário**

  
-----